

Intelectuais Cristãos, entidades civis e a construção de um novo campo político-religioso – Brasil e Portugal (1960-1980). Anotações de pesquisa¹

*Christian Intellectuals, civil entities
and the construction of a new
political-religious field – Brazil and
Portugal (1960-1980). Research notes*

Américo Freire

Professor da Fundação Getúlio Vargas, Brasil
Doutor em História pela Universidade Federal
do Rio de Janeiro, Brasil
americo.freire@fgv.br
<https://orcid.org/0000-0002-3039-5360>
<http://lattes.cnpq.br/7750674481962255>

Resumo: O texto apresenta resultados preliminares de investigação que tem como objeto a atuação e as proposições de intelectuais cristãos brasileiros e portugueses que cumpriram papel-chave na recomposição do campo político-religioso dos seus países entre as décadas de 1960 e 1980. Enquanto os intelectuais brasileiros selecionados criaram e promoveram entidades civis que

alimentaram a Teologia da Libertação brasileira, os intelectuais portugueses em exame podem ser vistos como um subgrupo revolucionário da Oposição Católica ao regime ditatorial salazarista. O foco nesse subgrupo envolve a criação de coletivos e de associações que serviram como instrumento de divulgação do seu ideário político-religioso e de combate ao Estado Novo português. A investigação utiliza fontes orais e documentação primária depositada em arquivos brasileiros e portugueses.

Palavras-chave: Intelectuais Cristãos; Teologia da Libertação; Entidades Civis; Oposição Católica; Católicos Revolucionários

Abstract: The text presents preliminary results of an investigation that has as its object the actions and propositions of Brazilian and Portuguese Christian intellectuals who played a key role in the recomposition of the political-religious field in their countries between the 1960s and 1980s. While Brazilian intellectuals selected, created and promoted civil entities that fed Brazilian Liberation Theology, the Portuguese intellectuals under examination can be seen as a revolutionary subgroup of the Catholic Opposition to the Salazar dictatorial regime. The focus on this subgroup involves the creation of collectives and associations that served as an instrument for disseminating their political-religious ideas and combating the Portuguese Estado Novo. The investigation uses oral sources and primary documentation deposited in Brazilian and Portuguese archives.

Keywords: Christian Intellectuals; Liberation Theology; Civil Entities; Catholic Opposition; Catholic Revolutionaries

¹ Este texto integra uma investigação que conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Temos realizado, na última década, algumas investidas de análise no universo de atuação de intelectuais vinculados às esquerdas cristãs. Nessas investidas, temos nos referenciado em proposições de Michael Löwy, presentes no livro *A guerra dos deuses: Religião e política na América Latina* (2000), quanto à emergência e ao desenvolvimento de dois fenômenos que, no contexto da preparação e da realização do Concílio Vaticano II, tiveram importante impacto no campo político-religioso europeu e latino-americano na segunda metade do século XX. Um deles se refere ao advento de correntes terceiro-mundistas e socialistas cristãs que tiveram seu epicentro no campo intelectual e religioso francês das décadas de 1950 e 1960. Essas correntes se espalharam pelo mundo e atingiram diretamente religiosos e leigos no Brasil e em Portugal, como será visto a seguir (LÖWY, 2000:230-235).

Löwy, ainda em *A guerra dos deuses* [...], apresenta traços gerais do que chamou de “cristianismo da libertação”, qual seja, um amplo movimento social e religioso que reuniu importantes segmentos da Igreja Católica e lideranças protestantes, assim como entidades laicas vinculadas à Ação Católica, tendo em vista erguer uma Igreja de “rosto popular” na América Latina (LÖWY, 2000:56-67). Para o autor, a Teologia da Libertação (TdL), daí resultante, representaria o “produto espiritual” «desse movimento social, mas, ao legitimá-lo, fornecendo-lhe uma doutrina religiosa coerente, ela contribuiu enormemente para sua expansão e fortalecimento» (LÖWY, 2000:59).

Tendo em vista estudar esses fenômenos e fincar pé nesse campo de estudos, optamos, em primeiro lugar, pelo estudo da trajetória político-intelectual de frei Betto – um frade dominicano brasileiro que teve papel-chave na conformação e na disseminação da Teologia da Libertação (TdL) no país. Outra iniciativa de análise focou na trajetória do Grupo Emaús – uma articulação das esquerdas cristãs que levou adiante inúmeras iniciativas nos campos da formação pastoral e da educação política no país. O coletivo, criado em 1974, reuniu – e reúne – alguns dos principais nomes da TdL brasileira, entre teólogos, agentes de pastoral, padres, líderes protestantes e acadêmicos dos campos das Ciências Sociais e Estudos da Religião.

Por fim, demos início, em 2024, a um novo programa de pesquisa que tem como um dos seus objetivos explorar hipóteses de trabalho em torno do advento e da formação de um determinado tipo de “intelectual cristão” que, dado seus vínculos orgânicos com a TdL, opera no

mundo da política e na sociedade pelo trânsito entre os diferentes campos – acadêmico, religioso e político. Definiriam ainda esse “novo intelectual” critérios como: a) são indivíduos sensibilizados pela fé cristã que atuam e produzem textos na e fora da instituição religiosa; não temos aqui, portanto, altas autoridades hierárquicas que representam e falam pela instituição; b) são figuras públicas movidas pelo projeto da construção da “Igreja comunitária” e defensores do protagonismo popular, mantendo importante atuação como “assessores” de entidades e movimentos sociais; c) criam e ocupam espaços próprios de atuação em consonância direta com o avanço do “campo popular” nas décadas em tela; d) esses espaços podem ser identificados como coletivos que se formam de maneira voluntária, fora do raio de ação das instituições, e estruturam-se tendo por base valores e princípios comuns, tais como as “formações culturais independentes”, segundo a ótica de Raymond Williams (WILLIAMS, 1992 e WILLIAMS, 2011).

Achamos por bem, na presente investigação, abrir nosso escopo de análise empírica para além das fronteiras nacionais. Fixamos, assim, nosso olhar em dois conjuntos de intelectuais cristãos – um brasileiro e outro português – os quais, a princípio, comportariam os critérios acima apresentados. Cada núcleo é composto por nomes que estiveram à frente de entidades civis de relevo no campo político-religioso. Os quatro nomes escolhidos para o núcleo brasileiro são os seguintes: José Oscar Beozzo, Jetter Ramalho, Maria José Rosado-Nunes e Ivo Lesbaupin.

Quanto à presença de intelectuais portugueses na pesquisa, cabe observar que tal escolha se faz coerente com os estudos que, desde 2008, temos realizado naquele país a respeito de temas que tratam de aproximar as experiências históricas contemporâneas luso-brasileiras. No âmbito dessas investigações, temos acompanhado o trabalho de segmentos da intelectualidade portuguesa, em particular de personalidades e grupos que compuseram o que a literatura acadêmica tem chamado de “Oposição Católica” ao salazarismo. Para o desenvolvimento deste trabalho, optamos por três intelectuais que tiveram papel destacado no catolicismo revolucionário em Portugal, a saber: Nuno Teotónio Pereira, Luís Moita e Conceição Moita. Os três deram suporte logístico a grupos revolucionários que combatiam o regime ditatorial em Portugal.

A investigação segue em curso, sendo nutrida por fontes bibliográficas e de arquivos de instituições de guarda documental brasileiras e portuguesas, como por entrevistas que têm nos fornecido dados e análises sobre a trajetória e as proposições dos dois núcleos de intelectuais

cristãos acima referidos. Com vistas a sistematizar esses dados, apresentaremos, no presente texto, anotações de pesquisa que tratam de temas e questões que deverão ser objeto de aprofundamento ao longo da investigação. Dividimos o texto em duas seções.

Na primeira, o foco recai no núcleo brasileiro. Nela, iremos situar o papel de cada um dos intelectuais selecionados no Grupo Emaús e no campo da Teologia da Libertação. Em seguida, trataremos da natureza e do perfil das entidades civis vinculadas a esses intelectuais. Na segunda seção, nossa análise recai na atuação de membros do catolicismo revolucionário português. Iremos acompanhar suas iniciativas quanto à criação e à direção de entidades e coletivos que tiveram como norte o combate ao regime salazarista e a defesa do anticolonialismo.

Intelectuais, Entidades e o Campo Civil da Teologia da Libertação no Brasil

O que é o Grupo Emaús? Como foi formado e como é estruturado? Trata-se de entidade voltada para o trabalho popular tal como outros organismos congêneres? Como se relaciona com instituições eclesiais oficiais?

Essas perguntas estiveram na origem das pesquisas que até então temos realizado em torno de Emaús. A respeito delas, tratemos de, por ora, adiantar algumas de nossas conclusões. Quanto à natureza do grupo, cremos que Emaús foi formado – e assim permanece – como uma associação livre e voluntária de indivíduos, tal como outros círculos de intelectuais, que se unem em torno de princípios e valores que embasam e norteiam a Teologia da Libertação. Duas de suas marcas são a discrição e a horizontalidade. Não há estatutos escritos ou formalizados, tampouco corpo diretivo eleito e com mandato.

Quanto à composição do grupo, há hoje – tal como na década de 1970 – maioria segura de leigos e religiosos católicos, sendo restrita a presença de lideranças vinculadas ao protestantismo. Emaús, em sua origem, foi formado por frades dominicanos e teólogos católicos com o objetivo de estudar as possibilidades de aproximação entre marxismo e cristianismo. Logo em seguida, diante da abertura dos temas em discussão, foram agregados três novos núcleos: cientistas sociais progressos da Ação Católica, religiosos que se destacavam no trabalho

comunitário e lideranças protestantes. Assim, constituiu-se a primeira geração do grupo que veio a se afirmar entre as décadas de 1970 e o começo da década seguinte.

As reuniões do Emaús são semestrais e nelas são debatidas questões relativas ao universo da política nacional e internacional, assim como temas relativos ao mundo eclesial. O grupo, por vezes, aprova e leva adiante medidas de intervenção direta no campo religioso ou político, seja por conta da criação de entidades como o Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEEP) e o Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), seja quanto à participação em eventos político-religiosos, seja ainda em raras ocasiões em que suas proposições são divulgadas ao público em geral¹. Por fim, quanto ao grau de autonomia do grupo, cremos que é possível afirmar que Emaús, desde a sua criação, tem obtido sucesso em preservar sua autonomia em relação às instituições religiosas. A par disso, observa-se que vários de seus membros mantêm vínculos formais com as denominações religiosas que fazem parte, seja a Igreja Católica, seja as Igrejas protestantes.

Temos nos concentrado, na investigação em curso, no estudo de quatro membros do Emaús que, ao longo de sua trajetória profissional, exerceram papel-chave na criação e na condução de coletivos e de entidades civis que compõem e nutrem o vasto campo da TdL no país. Nossa escolha recaiu nas figuras de um sacerdote católico e de três leigos: um professor e líder protestante; uma professora católica, ex-freira e militante de base, e um professor católico, ex-dominicano e fundador do Emaús.

Oscar Beozzo é o único religioso desse subgrupo. Nascido no interior do estado de São Paulo, em 1941, foi ordenado padre em 1964. Tem sólida formação acadêmica: é Doutor em História Social, mestre em Sociologia da Religião, especializado em Comunicação Social e História do Brasil, e graduado em teologia e filosofia. Fez estudos superiores em São Paulo, Roma e Louvain. Em 1969, em retorno ao Brasil, deu início a uma longa carreira no magistério superior em instituições como a Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção e o Instituto Tecnológico de São Paulo (ITESP).

Beozzo, a par da docência superior e do exercício sacerdotal, tem cumprido diversificada atuação profissional na constelação de coletivos e de entidades que constroem a TdL no país.

¹ Caso exemplar nesse sentido foi a divulgação de carta-manifesto do Emaús entregue à presidência da República durante o mandato de Dilma Rousseff, em outubro de 2014. Sobre a carta, conferir em <https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-o-grupo-emaus-14732865>. Acesso 03 de novembro de 2024.

Destaquemos aqui alguns exemplos: 1) Compôs o núcleo inicial do Emaús, ao lado de frei Betto, Ivo Lesbaupin, Leonardo Boff, Carlos Mesters e outros; 2) Tal como outros membros do Emaús, teve atuação destacada na preparação e na realização dos Encontros Nacionais das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) – os chamados Intereclesiais – realizados a cada 2 ou 3 anos; 3) É membro da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA) – entidade responsável pelo projeto de elaborar uma história renovada da Igreja e do movimento popular latino-americano; 4) Fez parte da Comissão Editorial da coleção Teologia e Libertação – a principal obra sobre a Teologia da Libertação até então publicada (CHEZA *et alii*, 2017:79-80).

Beozzo, em meio a tudo isso, também reuniu tempo para fundar e exercer a coordenação geral do CESEEP – entidade civil responsável por servir de campo de formação para lideranças religiosas e leigas vinculadas à TdL. A entidade tem oferecido cursos regulares que envolvem temas relativos à ação pastoral, ao ecumenismo, à educação popular e às relações de gênero. Promove também formação massiva e concentrada de centenas de jovens leigos e militantes populares no *Curso de Verão*. A entidade abriga ainda o Curso para Bispos. A experiência bem-sucedida do CESEEP desdobrou-se pelo país por intermédio da rede de formação ecumênica e popular – constituída pelos *Curso de Verão de Goiânia*, *Curso de Verão da Terra do Sol* (Fortaleza), *Curso de Inverno* (Rio de Janeiro), *Curso Bíblico do Instituto Teológico de Lins* (São Paulo), *Curso Bíblico Flor e Canto* (Petrópolis, RJ).

O CESEEP, criado em 1982, tornou-se, nas décadas seguintes, o principal centro de formação ecumênica e popular vinculado à TdL. Essa centralidade, associada à longevidade, pode ser explicada, em primeiro lugar, pela capacidade de sua direção de desenhar e levar adiante uma entidade flexível o suficiente para atender públicos bem diversos – bispos e agentes de pastoral, católicos e protestantes, brasileiros e latino-americanos, leigos e religiosos... Além disso, o centro, em função dessas características, reuniu condições para manter relações muito particulares com as entidades religiosas que estiveram na sua origem, podendo valer-se do apoio fundamental da Igreja Católica de São Paulo e de denominações protestantes, ao mesmo tempo em que buscou afirmar sua autonomia como entidade civil, popular e ecumênica. (CENTRO ECUMÊNICO DE SERVIÇOS À EVANGELIZAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR, 2011).

Homem de múltiplos saberes e fazeres, Beozzo, no plano intelectual, concentrou suas pesquisas e publicações no campo dos estudos históricos. Seu nome está diretamente associado

às obras organizadas pela CEHILA que tiveram por norte produzir uma nova história da Igreja na América Latina e no Brasil. O religioso, em paralelo, desenvolveu ampla pesquisa sobre participação de religiosos brasileiros no Concílio Vaticano II, da qual resultou em sua tese de doutorado em História Social, defendida na Universidade de São Paulo em 2001.

Jether Ramalho, companheiro de Beozzo em muitas jornadas, é o segundo nome do grupo brasileiro de intelectuais. Nascido em 1922, no Estado do Rio de Janeiro, foi criado no seio de uma família protestante – seu pai foi importante pastor da Igreja Evangélica Congregacional. A vida profissional de Jether pode ser dividida em duas etapas bem distintas. Na primeira, exerceu a odontologia por cerca de vinte anos em consultório próprio em Bento Ribeiro, subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. Na década de 1960, após abandonar a odontologia, deu início a uma longa carreira no campo das Ciências Sociais – primeiro como aluno e depois como professor de sociologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Jether, a par dos afazeres profissionais, manteve ativa militância em movimentos de renovação evangélica, vindo a abraçar proposições em prol do ecumenismo e do diálogo interreligioso e em defesa de um compromisso social efetivo por parte das denominações evangélicas. Foi essa militância diuturna que o levou a assumir, em 1950, o cargo de secretário do Departamento de Mocidade da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) – entidade que então reunia representantes de várias denominações do evangelismo. No âmbito daquela entidade, Jether abriu maiores contatos com o ecumenismo internacional, cujo centro de gravidade era o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), e com novas proposições teológicas de cunho progressistas formuladas e capitaneadas pelo teólogo estadunidense Richard Shaull (CHEZA *et alii*, 2017: 432-433).

Na década de 1960, ainda na CEB, atuou em conjunto com o departamento de responsabilidade social da entidade, então a cargo de Waldo César, para organizar eventos que discutissem a presença dos evangélicos na realidade social brasileira. A Conferência do Nordeste, realizada em Recife, em 1962, foi o mais importante desses eventos. A Conferência, nas palavras de Jether, «foi uma realização sem precedentes na vida do protestantismo brasileiro, não só pela representatividade dos participantes, mas especialmente pela ousadia, atualidade e significação da temática em debate». E segue: «O próprio lema da Conferência,

“Cristo e o processo revolucionário brasileiro”, assim como o local do evento – Recife – eram indicativos da oportunidade da reunião» (RAMALHO, 2010: 36).

Em 1964, na esteira da implantação da ditadura militar, forças leais ao novo regime – de fora e de dentro de diversas denominações protestantes – atuaram no sentido de interromper esse ciclo renovador no evangelismo. Nessa quadra, Jether e vários membros da CEB foram afastados de suas posições na entidade. Logo em seguida, a própria CEB encerrou suas atividades. O mesmo fenômeno se deu no âmbito da Igreja Congregacional, qual seja: Jether foi sumariamente demitido de todas as funções de direção que até então exercera em sua denominação de origem.

Jether, ao lado de outros ex-membros da CEB, tomaram a iniciativa de, naquele mesmo ano, criar o Centro Evangélico de Informações (CEI) – uma entidade voltada para a reflexão e para debate acerca da realidade política brasileira nacional e internacional e sobre a dinâmica do universo do evangelismo. O CEI, em poucos anos, cresceu de tamanho e de importância, aglutinando protestantes e católicos em torno de vários projetos de formação de quadros ecumênicos e de divulgação do ideário da TdL. Nesse novo contexto, a direção achou por bem, em 1974, renomear a entidade para Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), cujo primeiro presidente escolhido foi exatamente Jether Ramalho» (RAMALHO, 2010).

O CEDI, durante vinte anos, foi um dos polos de uma rede de organismos ecumênicos que tomou corpo nas últimas décadas do século XX e que contava com entidades como a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), o Centro de Estudos Bíblicos (Cebi) e o CESEEP – aqui já mencionado. Jether, então como membro ativo do Emaús, fez parte da fundação e da diretoria dessas duas últimas entidades. Observa-se ainda que, no âmbito do seu trabalho no CEDI, Jether exerceu também a função estratégica de editor da revista *Tempo e Presença* – principal publicação da entidade (PERRUSO, 2009:125-133).

Jether, no CEI e depois no CEDI, teve envolvimento direto em diversos projetos político-religiosos vinculados a duas entidades – Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL) e ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Nessas ocasiões, cultivou relações com o educador brasileiro Paulo Freire, então trabalhando no CMI, em Genebra, e com Richard Shaull e Júlio de Santa Ana – teólogos-referência do evangelismo de esquerda e ecumênico. Jether faleceu no Rio de Janeiro, em 2020, aos 98 anos.

Maria José Rosado Nunes é a única mulher do grupo de intelectuais brasileiros aqui examinado. Rosado Nunes, a “Zeca”, nasceu em Minas Gerais e lá ingressou como irmã na Ordem da Providência de GAP. Durante a década de 1970, atuou como agente de pastoral junto às CEBS do interior da Bahia e depois no Acre. Lá, tomou contato direto com Clodovis Boff e vários outros religiosos formuladores da Teologia da Libertação. Nesse contexto, foi convidada por João Batista Libânio, em 1979, a fazer parte do Grupo Emaús. Na década seguinte, deu início a uma longa e exitosa carreira acadêmica no campo das Ciências Sociais, tornando-se mestre pela PUC-SP e doutora pela *École de Hautes Études en Sciences Sociales* (Paris). É professora na PUC-SP, onde desenvolve programas de pesquisa sobre questões femininas e de gênero e sobre o papel das religiões nas sociedades modernas.

Rosado Nunes foi a primeira mulher – e agente de pastoral – a fazer parte do Emaús. Tal situação prolongou-se por cinco anos, até o momento em que ela resolveu partir para o exterior para fazer estudos de doutoramento. Sobre essa experiência no grupo, Rosado Nunes destaca a importância estratégica do Emaús em participar do curso de formação de bispos e em estabelecer uma entidade como o CESEEP. Em paralelo, não deixa de expressar seu desconforto e descontentamento a respeito da maneira qual a TdL então tratava das questões da mulher. Embora reconheça e admire a TdL, a qual reputa como importantíssima, Rosado Nunes assim situa sua crítica:

O que eu falo para eles [teólogos], repito aos meus alunos. Quando os teólogos quiseram falar de uma maneira competente sobre pobreza, foram buscar um instrumental científico, que lhes desse base – o marxismo. Para falar de mulher, o senso comum basta. Eles não se apropriam da imensa produção teórica feminista para ter um discurso competente sobre. Então, acrescentavam aos seus livros um capítulo, chamavam a mulher para escrever, mas eles mesmos não mudam. Não deixam que sua interpretação do mundo seja questionada por parâmetros que venham do mundo feminista (Entrevista de Maria José Rosado Nunes ao autor, 2017).

Rosado Nunes, depois de completar seus estudos no exterior, seguiu na carreira acadêmica, a par de aprofundar seus laços com o movimento feminista. Na década de 1990, foi uma das fundadoras da seção brasileira do grupo *Católicas pelo Direito de Decidir* (CDD) – uma rede de entidades que luta em prol dos direitos fundamentais e reprodutivos das mulheres. São princípios que regem a entidade: 1) A defesa dos direitos das mulheres, em especial os direitos relacionados à sexualidade e reprodução humana, referendada por uma perspectiva ética,

católica e feminista; 2) O exercício dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres com base «na justiça social, na democracia e nos direitos humanos, pilares para o pleno exercício da cidadania na sociedade e nas igrejas...».

Rosado Nunes, desde então, divide-se entre a direção do CCD e a carreira universitária. No CDD, atua diretamente como “intelectual pública” em prol das teses defendidas pela entidade (SAID, 2005). Na academia, vem desenvolvendo inúmeras investigações que tratam de temas e questões sociais e teóricas relativas ao feminismo (ROSADO NUNES e CARRANZA, 2019: 936-964).

Rosado Nunes, mesmo fora dos quadros do Emaús, manteve seus históricos vínculos com o CESEEP, uma vez que tem participado com regularidade de cursos de formação da entidade voltados para discutir as relações de gênero. Cremos que não exageramos ao dizer que ela, no campo das Ciências Sociais, e Ivone Gebara, no campo da filosofia e da teologia, são figuras-chave do feminismo católico no Brasil das últimas três décadas.

Fechamos nosso painel de intelectuais brasileiros com o nome de Ivo Lesbaupin. Nascido em 1946, no Rio de Janeiro, Lesbaupin, após participar da direção local da Juventude Estudantil Católica (JEC), ingressou na Ordem dos Pregadores na década de 1960. Ao seu lado, estiveram vários membros de entidades estudantis da Ação Católica, entre os quais Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto). Mais tarde, na década de 1970, ele e frei Betto criaram o Grupo Emaús (Entrevista de Ivo Lesbaupin ao autor, 2013).

Lesbaupin, então chamado de frei Ivo, compôs o pequeno grupo de frades dominicanos que, em meados da década de 1960, deu apoio logístico à Ação Libertadora Nacional (ALN) – organização revolucionária armada então comandada por Carlos Mariguella. Compunham esse grupo, além de frei Ivo, frei Betto, frei Fernando e frei Tito, entre outros. Todos foram presos (Entrevista de Ivo Lesbaupin ao autor, 2013; FREI BETTO, 2021).

Lesbaupin, após a prisão, refez sua vida. Saiu da ordem dos dominicanos com vistas a constituir família e avançar em seus estudos. Fez mestrado em Ciências Sociais, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e doutorado em Université de Toulouse Le-Mirail, na França. De retorno ao Brasil, exerceu atividades profissionais como sociólogo e professor no Centro João XXIII de Investigação e Ação Social e como professor de Sociologia na Escola de Serviço Social da UFRJ. Aposentou-se da UFRJ em 2003.

Lesbaupin, a par das atividades acadêmicas, manteve estreita conexão com grupos e entidades que compõem a TdL no Brasil. Destaquemos algumas de suas iniciativas: 1) Fundador e figura de destaque do Grupo Emaús; 2) Envolvimento direto na assessoria dos Encontros Nacionais das CEBs, os Intereclesiais; 3) Participação na fundação do Movimento Fé e Política (MF&P) – o qual se define como um movimento ecumênico, não confessional e não partidário, aberto aos que consideram a política como campo preferencial da vivência de sua fé. O MF&P tem como proposta contribuir para a formação política e espiritual de militantes que atuam em partidos ou movimentos populares e se dedicam à causa dos pobres e oprimidos.

Lesbaupin, desde meados do século passado, tem concentrado suas atividades no ISER Assessoria – uma organização não governamental (ONG) que conta com a presença de cientistas e teólogos vinculados à TdL, tendo como horizonte «fortalecer a democracia participativa nos campos político e eclesial, com vistas à superação das desigualdades sociais, à ampliação da esfera dos direitos e à afirmação da cidadania». Nos termos do site da entidade, o ISER Assessoria busca «reforçar os processos de construção da cidadania, incentivando a participação de setores da sociedade civil – especialmente dos setores populares – na formulação e no controle das políticas públicas».

A entidade possui uma ampla agenda de trabalho que envolve formação de quadros, pesquisa, produção e divulgação do conhecimento nos campos das Ciências Sociais e da Teologia. Assessoria movimentos populares, promove cursos e debates e elabora material de referência a ser utilizado em seus cursos. Também tem uma política de publicações com vistas a divulgar resultados de pesquisa realizadas no âmbito da entidade. Bom exemplo nesse sentido foi a publicação de três livros que se tornaram centrais para se pensar a respeito da história e da trajetória das CEBs no Brasil, a saber: *Os encontros intereclesiais de CEBs no Brasil*, de Faustino Teixeira, 1996; *As comunidades de base em questão*, Clodovis Boff et alii, 1997; *As CEBs no Brasil: cidadania em processo*, organização de Faustino Teixeira, 1993.²

Lesbaupin tem ampla e diversificada produção voltada para a discussão de temas relativos à sociologia da religião, à construção democrática, à participação popular, à ecologia e ao impacto social do neoliberalismo, tornando-se figura-chave na organização, na direção e na

² Sobre as origens do ISER e seu papel no campo político-religioso, ver LANDIM, 1993, *A invenção das ONGS [...]*, pp. 121-122.

manutenção da entidade³. Nas últimas décadas, tem reforçado a articulação do ISER Assessoria com o vasto universo das ONGS. Em razão disso, tem assumido funções de direção na Associação Brasileira de ONGS – ABONG.

Tratemos agora, diante desses dados, de compor um breve perfil do que aqui chamamos de grupo brasileiro. Para começar, apontemos alguns aspectos comuns – que não são poucos: 1) Todos tiveram formação em Ciências Sociais ou História e exercem – ou exerceram – atividades docentes em instituições de ensino superior de prestígio. Nenhum deles é teólogo; 2) Por fazerem parte da primeira geração de Emaús, tiveram seu ativismo político-religioso marcado por vínculos estreitos com os movimentos populares, em geral, e com a organização e acompanhamento das CEBs, em particular; 3) Exerceram – ou exercem – papel de liderança na criação e no desenvolvimento do trabalho de entidades importantes do campo da TdL brasileira. Todos desenvolvem – ou desenvolveram – trabalho de formação de quadros e de lideranças.

Dois outros aspectos nos parecem importantes para avançarmos em nossa análise sobre o referido grupo. O primeiro deles está relacionado com a hipótese geral da investigação, registrada acima, e que interroga acerca do modelo de intelectual que estamos aqui examinando. Estariam diante de “intelectuais públicos”, nos moldes de Said? (SAID, 2005). Seriam regidos pela ética das convicções ou da responsabilidade, segundo a divisão de Bobbio? (BOBBIO, 1997) Ou, por fim, seriam casos típicos de “intelectuais mediadores”, tal como propõe Sirinelli? (SIRINELLI, 1996: 231-269 e GOMES e HANSEN (orgs), 2016).

E quanto ao desenho e à modalidade das entidades em tela? São organizações civis autônomas ou mantêm vínculos importantes com designações religiosas? Até que ponto seriam “formações culturais independentes”, conforme os parâmetros de Williams? São centros voltados para o ecumenismo?

Fixemos aqui algum encaminhamento para essas questões com vistas a finalizarmos esta seção do texto. Quanto ao uso de determinadas categorias que possam melhor situar nosso objeto de análise, cremos que elas podem ser acionadas – tal como assim fizemos, por vezes, neste texto –, ainda que se mostrem por demasiado generalizantes para os nossos objetivos. Em nossa perspectiva, os quatro nomes apresentados podem ser vistos como «intelectuais públicos», haja vista que são indivíduos dotados «de vocação para representar, dar corpo e

³ Das publicações de Lesbaupin, ver LESBAUPIN e PINHEIRO, 2010, *Democracia, Igreja e Cidadania*.

articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, uma filosofia ou opinião para (e também por) um público» (SAID, 2005:25). A par disso, é possível perceber que, entre os quatro, há os que mais investem em vocalizar suas teses no espaço público, seriam eles Rosado Nunes e Lesbaupin, principalmente a primeira. Cremos que essa postura está relacionada ao estilo pessoal e à natureza da entidade que dirige. Os dois nomes referidos, como vimos, operam em organismos típicos da sociedade civil que tomou corpo no país em meio ao processo de democratização dos últimos anos do século XX.

Os quatro podem ser vistos também como ideólogos que operam pelas óticas da convicção e da responsabilidade, dado que há forte coerência e integração entre seus escritos acadêmicos e a maneira pela qual operam na vida pública e política, tal como se dá com vários quadros vinculados à TdL brasileira. Reúnem, ainda, por fim, atributos necessários para serem vistos como “mediadores” – uma vez que dão ênfase à produção e à divulgação de proposições para públicos amplos, em diferentes suportes e modalidades. A esse respeito, cabe chamar atenção para o trabalho desenvolvido em suas entidades – e fora delas – por Jether Ramalho e por Oscar Beozzo em criar e nutrir pontes entre os diversos elementos que compõem a constelação da TdL. E, indo mais além, cremos que é possível afirmar que, no âmbito do Emaús, cabe apontar o nome de Jether Ramalho como aquele que melhor encarnou essa modalidade de intelectual de trânsito no universo cristão.

Quanto às entidades mencionadas, cremos que todas têm mantido ampla margem de autonomia em suas relações com as denominações cristãs que porventura lhe tenham dado apoio em diferentes níveis. Assim, cabe situá-las, pelo menos como ponto de partida, como “formações culturais independentes”. Ainda assim, cremos que é mister que se faça, ao logo da investigação, novas pesquisas no sentido de fixar algumas distinções entre elas. À primeira vista, cabe inicialmente situá-las em dois grupos. No primeiro, teríamos entidades híbridas cuja presença religiosa se apresentou como decisiva, seja quanto à liderança, seja à configuração inicial. O caso típico aqui é o do CESEEP, cuja presidência, por um bom tempo, esteve nas mãos de frei Gorgulho, um frade dominicano que mantinha fortes vínculos com D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo. O CEDI também poderia fazer desse grupo, ainda que tenha emergido sob a liderança, não de uma determinada instituição, mas de uma dissidência religiosa de matriz

protestante. O ISER Assessoria e o CDD, por sua vez, surgiram e têm se mantido como entidades civis, vindo a se configurar em ONGS. (LANDIM, 1993).

Católicos Revolucionários Portugueses: Entre a Legalidade e a Clandestinidade

Desviemos, agora, nosso olhar para examinar a atuação de determinados intelectuais e coletivos portugueses que se opuseram frontalmente ao regime salazarista e sua política colonial. Para tal, faz-se necessário que situemos esse subgrupo no âmbito de um amplo fenômeno político-religioso englobado pela literatura pela noção “Oposição Católica”, a qual compreendeu iniciativas levadas a frente por leigos e religiosos, homens ou mulheres, moderados ou radicais, dissidentes ou contestadores. A respeito dessas iniciativas, o historiador Fernando Rosas chama atenção para quatro aspectos que se apresentam marcantes, a saber:

- 1) Elas eram atravessadas pelo mesmo motivo: seus membros se opunham «não só ao regime como à Igreja do regime» (ROSAS, 2008: V)
- 2) Rosas assinala, em cores fortes, o «profundo impacto do Concílio Vaticano II nos meios católicos portugueses e na base da sua Igreja». Segundo ele, a mensagem emanada pelo Vaticano fora recebida «com indisfarçável embaraço e perplexidade pela hierarquia [católica portuguesa], quando não deparou com aberta oposição dos meios laicos mais soltos para a crítica frontal» (ROSAS, 2008: VI). Essa situação de efetivo desconforto, encontrou lugar também em tempos pós-conciliares, bem exemplificado por ocasião da audiência concedida pelo Paulo VI a alguns dos principais líderes da luta contra a dominação portuguesa na África. O evento teve enorme repercussão externa e interna, azedando de vez a relação do regime, agora nas mãos de Marcelo Caetano, com o Vaticano.
- 3) Rosas destaca ainda que foi «à sombra do Vaticano II [...], que grupos católicos laicos ou membros do clero criam novas tribunas de debate político e ideológico, lançam pontes de diálogo com outros setores sociais, se radicalizam politicamente, tomam posições contra o regime e a guerra colonial, atacam o autoritarismo, o conservadorismo e as cumplicidades da hierarquia, falam corajosamente dos púlpitos pela paz e pela justiça social, começam a ser perseguidos, presos e torturados, um certo número deles recorre a formas clandestinas de propaganda e informação, outros não recusarão sequer, com pesado sacrifício pessoal, o apoio à luta armada contra o regime» (ROSAS, 2008:VII).
- 4) Rosas, por fim, levanta a tese de que coube a esses grupos católicos radicalizados, em associação com segmentos da extrema-esquerda de extrato estudantil, um papel-chave na afirmação da agenda anticolonial nas lutas das oposições portuguesas ao regime salazarista. Até aquele momento, registra Rosas, o tema da luta anticolonial, no campo oposicionista, «era quase tabu ou marcado por uma retórica anticolonialista pontual e sem consequências práticas». E arremata: «Fosse por receio da repressão governamental contra os ‘traidores’ fosse pelo ativismo colonialista longamente

radicado na cultura da oposição democrática em geral, fosse pela inicial prioridade política conferida pelo PCP à 'unidade' com esses sectores em desfavor do combate ao colonialismo e à guerra colonial» (ROSAS, 2008:VII).

Para os fins deste texto, fiquemos com o último comentário de Rosas, qual seja a que ele sublinha a novidade representada pelos católicos radicalizados, aqui tratados como revolucionários, na construção de uma nova agenda de lutas contra o regime. Para tal, é mister que passemos brevemente em revista as principais forças que compunham as esquerdas portuguesas nas décadas em tela.

Começemos pelo Partido Comunista Português (PCP) – há bastante tempo referência-mor desse campo. Bem postado na intelectualidade e nos meios sindicais, e com bom trânsito junto ao bloco liderado pela União Soviética, o PCP caracterizou-se como um duro adversário do salazarismo e de seus aliados leigos e religiosos. A agremiação, a par de manter um discurso político reto e direto, reuniu condições para firmar alianças importantes junto a lideranças civis de forma a se manter presente nos blocos eleitorais que disputavam espaços do poder no âmbito do salazarismo. A legenda também estabeleceu canais de articulação com grupos militares. Essas duas condições contribuíram para o PCP manter-se com prestígio e força no pós-25 de abril.

O Partido Socialista (PS), fundado no exterior nos últimos anos do salazarismo, é outro pilar das esquerdas lusas. A legenda reuniu grupos e personalidades que tinham se distinguido no combate direto ao regime ditatorial, sendo que vários dos seus líderes, com destaque para Mario Soares, atuaram em seguidas coligações políticas e eleitorais contra as forças salazaristas. Essa abertura se expressou ainda por meio tanto do diálogo com nomes da oposição católica, como com próceres da Internacional Socialista – à época em franca expansão na Europa Ocidental. A legenda, de início, confundiu-se com o comando de Soares, vindo a configurar-se com um típico “partido de quadros”. No pós-25 de Abril, o PSP ganhou musculatura político-eleitoral, chegando mesmo a desbancar a hegemonia comunista no campo das esquerdas.

Deixemos de lado, por ora, outras forças que então compunham o campo – quais sejam as dissidências marxista-leninistas, as de extrato maoísta etc. –, para finalmente examinarmos a

maneira pela qual se posicionaram os «católicos radicalizados», conforme a eles se referiu Rosas. Vejamos.

No que se refere à ala revolucionária desse subgrupo, um dos seus líderes foi Nuno Teotónio Pereira. Nascido em Lisboa, em 1922, foi figura importante no desenvolvimento e na disseminação da arquitetura moderna portuguesa. (Entrevista de Luísa Teotónio Pereira ao autor, 2023). Teotónio Pereira, como muitos de sua geração de leigos católicos, acompanhou com interesse o chamado *aggiornamento* na Igreja Católica promovido sob as lideranças de João XXIII e de Paulo VI. Exatamente por isso, viu-se cada vez mais propenso a ingressar e a criar coletivos que colocavam em xeque as relações estreitas que então foram estabelecidas entre o regime ditatorial e a alta hierarquia da Igreja Católica portuguesa.

Nas décadas de 1960 e 1970, seu nome esteve associado a iniciativas como *Direito à Informação*, *Cadernos GEDOC*, a criação da cooperativa *Pragma*, a participação na *Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos* (CNSPP), além da publicação do *Boletim Anti-Colonial* (BAC). Também teve presença de destaque na Vigília da Capela do Rato, promovida em dezembro de 1972, contra a guerra colonial promovida pelo governo português em África e em prol da paz. O arquiteto foi detido três vezes pelo regime, sendo que, na última dessas detenções, datada de novembro de 1973, foi submetido a sucessivas sessões de tortura. Na ocasião, foi acusado de manter conexões com a Liga de Unidade e Ação Revolucionária LUAR) e com as Brigadas Revolucionárias (BR) – organizações que promoviam a luta armada contra a ditadura. Com o advento do regime democrático no país, foi um dos líderes do Movimento de Esquerda Socialista (MES) – agremiação de extrema-esquerda que reuniu nomes da “Oposição Católica”, lideranças marxistas posicionadas à esquerda do PCP e lideranças populares e sindicais. Teotónio Pereira faleceu em Lisboa em 2016⁴.

Luís Manuel Moita é outra figura de expressão entre os católicos revolucionários. Nascido em Alcavena, em 1939, seguiu rápida e ascendente carreira no âmbito da Igreja Católica – foi sacerdote, fez estudos de doutoramento em Ética e Moral, em Roma, e professor no Seminário dos Olivais, em Lisboa. No começo da década de 1970, Luís Moita deixou a vida religiosa, vindo a

⁴ Sobre Teotónio Pereira, ver abordagem autobiográfica em PEREIRA, 1996, *Tempo, lugares, pessoas*. A respeito do envolvimento de Pereira com a luta armada, conferir BASTOS, 2024, *Os últimos presos do Estado Novo*, pp. 65-69.

desenvolver intenso ativismo político-religioso ao lado de Nuno Teotónio e de outras figuras do campo da “Oposição Católica”.

Foi um dos promotores da Vigília da Capela do Rato, participou das reuniões e atividades da CNSSP e foi nome de proa na elaboração e divulgação do *BAC*. Luís Moita esteve também à frente do Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial (CIDAC) – uma entidade voltada para reunir e divulgar dados a respeito da luta contra a dominação portuguesa em África. A entidade, em 1977, passou a ser designada Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC), em homenagem ao principal líder da luta pela independência da Guiné e Cabo Verde. Luís Moita dirigiu o CIDAC de 1974 a 1989 (MOITA, 2004: 54-58).

Em novembro de 1973, foi detido e encaminhado para a prisão de Caxias. Por lá ficou, em companhia de Teotónio Pereira e da irmã Conceição, até ser libertado logo a seguir ao 25 de abril de 1974⁵. Já durante o regime democrático, militou no movimento “Cristãos pelo Socialismo” (CPS), a par de seguir carreira na universidade no campo da sociologia e das relações internacionais. Faleceu em Lisboa em 2023.

Maria da Conceição Moita é o terceiro nome desse subgrupo. Nascida em 1937, em Alcavena, foi educadora de infância, professora de adultos e diretora pedagógica da Casa Pia. Na juventude, teve envolvimento com o movimento noelista e com o coletivo “O Ninho” – criado em 1967 com o objetivo de acolher refugiados e retornados dos conflitos em África. Conceição Mota, na década seguinte, foi nome de destaque na referida Vigília da Capela do Rato, vindo ainda a estabelecer laços de apoio às Brigadas Revolucionárias (BR). Foi detida em Caxias em dezembro de 1973. Sofreu torturas na prisão, tal como seu irmão, Teotónio Pereira, e centenas de detentos. Foi libertada junto de todos os outros presos político após a derrubada da ditadura⁶.

Conceição Moita foi ainda uma das lideranças do movimento “Cristãos pelo Socialismo” (CPS), envolveu-se nos “Cristãos em Reflexão Permanente” e contribuiu no impulso às assembleias que resultaram no Encontro Nacional dos Cristãos. No âmbito associativo e profissional, foi uma das criadoras da Associação Profissional de Educadoras de Infância (APEI) e professora da Escola Superior de Educação de Lisboa. Faleceu em 2021.

⁵ Sobre a trajetória e a prisão de Luís Moita, ver BASTOS, 2024, *Os últimos presos do Estado Novo*, pp. 55-65.

⁶ A respeito da vida e da militância de Conceição Moita, ver Maria da Conceição Moita (1937-2021): libertadora da nossa liberdade | Sete Margens. Acesso 04/11/2024. Sobre a prisão, ver BASTOS, 2024, *Os últimos presos do Estado Novo*, pp. 19-23 e 150-151.

Quanto às proposições e à atuação desse pequeno núcleo de católicos revolucionários, cabe chamar atenção para dois aspectos que deverão ser mais bem explorados na investigação. O primeiro deles consiste em situá-lo em uma perspectiva temporal mais larga e em linha de continuidade com determinados segmentos do catolicismo que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, haviam apostado no diálogo entre o cristianismo e o marxismo, fossem eles situados em países europeus (França, Bélgica, Holanda), fossem em países latino-americanos. Em Portugal, a circulação dessas ideias foi propiciada em especial pela *Editores Moraes*, a qual se colocava próxima à “Oposição Católica”. (TAMEN, 2006). Por ocasião da realização do Concílio Vaticano II, a *Moraes* promoveu a tradução de obras importantes do catolicismo francês, entre as quais o volume denominado *Catolicismo de Vanguarda*, organizado pelos jornalistas franceses e publicado em 1965.

Na América Latina, no contexto em tela, tomaram corpo concepções consagradas na Conferência Episcopal de Medellín (1968) que deram origem à Teologia da Libertação, cujo propósito, entre outros, foi o de dar à Igreja um “rosto popular”. Daí, foram abertas perspectivas para a criação de vários movimentos formados que serviram de esteio para a formação de um novo campo político-religioso popular em vários países do subcontinente, entre os quais o então denominado “Cristãos pelo Socialismo”, criado no Chile no começo da década de 1970. Tal movimento, com o tempo, espalhou-se pelo mundo. Em Portugal, como vimos, esse movimento foi liderado por figuras-chave dos católicos revolucionários (REI, 2019: 153-173).

Outro traço distintivo importante desse subgrupo foi a opção de seus membros em atuar simultaneamente na legalidade e na clandestinidade (ALMEIDA, 2008:244). Quanto à frente legal, líderes desse grupo contribuíram para criar uma malha de entidades civis, várias delas referidas acima, que cumpriu papel chave no combate ao regime ditatorial e na defesa de seu ideário social e político. Para tal, puderam se valer da própria legislação emanada pelo regime que franqueava a existência de cooperativas e associações de caráter cívico e cultural e que não mantivessem vínculos diretos com organizações partidárias. A Cooperativa de Difusão Cultural e Ação Comunitária – PRAGMA – foi uma delas.

Criada em 1964, a PRAGMA foi instituída como uma cooperativa de caráter não confessional, sendo orientada pelo objetivo de ser «um quadro favorável para a prática da

cooperação e do apoio mútuo, para o exercício da abertura e do diálogo, para a valorização pessoal e comunitária, para a aprendizagem dos direitos e deveres de cada um e de todos»⁷.

A experiência da PRAGMA distinguia-se de outras iniciativas do oposicionismo católico, as quais, de maneira geral, foram constituídos por intelectuais oriundos das elites e das classes médias que levaram adiante embates políticos, culturais e religiosos com o regime salazarista. A PRAGMA, por seu turno, foi criada sob outra perspectiva: a de reunir intelectuais e lideranças operárias com o intuito de servir de espaço de formação e de intervenção mais direta na realidade social e política do país (LOPES, 2007: 61-79).

A PRAGMA teve as suas atividades encerradas em 1967 por ordem expressa do regime – que a via como um sítio no qual se promovia a difusão de ideias dissolventes e de doutrinação política subversiva pelos seus associados. Em março do ano seguinte, o Ministro do Interior, por despacho, estabeleceu a dissolução da cooperativa (LOPES, 2007: 77).

A Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (CNSPP), estabelecida em janeiro de 1970, foi outro espaço político-social aberto pelas oposições portuguesas em seus embates legais contra o regime ditatorial, agora sob a direção de Marcelo Caetano. Seu foco foi o de atender aos presos e suas famílias ao lado de investir na produção e na divulgação de dados relativos às prisões efetuadas pelo regime em Portugal e nas colônias africanas. Diante dessa proposição, vários foram os que vieram a compor a comissão, tais como intelectuais independentes; figuras importantes do oposicionismo católico, tais como Francisco Lino Neto, Felicidade Alves, Luís Moita e Nuno Teotónio Pereira; militantes vinculados ao PCP e de outras agremiações de esquerda; Dimas de Almeida, pastor protestante, assim como um bom número de advogadas, advogados e familiares de presos políticos.⁸

As reuniões da Comissão, por vezes, foram interditas pelo governo. Independentemente disso, a CNSPP manteve-se ativa até a derrubada do regime ditatorial, em abril de 1974. Após o advento da democracia, seus membros optaram pela autodissolução.

O estudo dessa entidade encerra algumas questões que devem aqui ser esboçadas. A primeira: a CNSPP, ao ser lançada, seguiu o modelo adotado pelas oposições em outras ocasiões:

⁷ PRAGMA, Cooperativa de Difusão Cultural e Ação Comunitária. Fundo Nuno Teotónio Pereira, Centro 25 de Abril, Universidade de Coimbra, Pasta PRAGA 3, publicação 9.

⁸ Conferir documentos de criação e circulares da CNSPP em COMISSÃO NACIONAL DE SOCORRO AOS PRESOS POLÍTICOS, 1972, *Presos políticos – documentos 1970 e 1971*.

constituiu-se lastreada em dispositivos presentes na legislação do regime – no caso o artigo 199 do Código Civil que previa a formação de comissões especiais, não sujeitas ao reconhecimento oficial, para ações de socorro e beneficência – e formou-se como uma ampla frente política na qual estiveram presentes personalidades de peso nos meios políticos-culturais e religiosos. Caberia, assim, ao regime, ônus político considerável caso resolvesse colocar a entidade na ilegalidade.

Segunda questão: a CNSSP representou uma interpelação direta, frontal ao regime. A cada comunicado da entidade caíam por terra narrativas em torno da validade ou da viabilidade da chamada “Primavera Marcelista”. A própria existência da Comissão dava prova da dificuldade do regime em lidar com aquela situação.

Terceira: o trabalho desenvolvido pela CNSPP também nos sugere pensar que algo mudara na dinâmica da frente oposicionista. Naquele começo de nova década, frente ao isolamento crescente do regime no plano internacional e diante de um movimento de afastamento gradual da Igreja Católica no plano interno, tomava corpo uma agenda mais aguda, mais radical de combate ao regime. Expressa, por um lado, na atuação de organizações revolucionárias em Portugal e nas colônias. Expressa, também, no advento e nas atividades da CNSPP. Daí, cremos que, não por acaso, foram figuras-chave da CNSPP membros identificados com perspectivas revolucionárias do catolicismo, tais como o casal Nuno Teotónio Pereira e Natália Teotónio Pereira, os irmãos Luís e Conceição Moita e o padre Felicidade Alves, o frei Bento Domingues etc.

Quanto ao trabalho clandestino levado adiante pelas oposições católicas, cabe chamar atenção para um aspecto particular, qual seja: as iniciativas que foram conduzidas por algumas de suas lideranças, nomeadamente as mais radicais, no sentido de produzir informações que rompessem com a censura à imprensa imposta pelo regime. Acima, mencionamos algumas dessas iniciativas: *Direito à Informação* (1963-1969); *Cadernos GEDOC* (1969-1970) e o *Boletim Anticolonial – BAC* (1972-1973).

Qual o contexto de criação dessas publicações? Quais os seus núcleos executivos? Quais eram os mecanismos de distribuição? Qual era seu público preferencial? Quais eram os temas predominantes? Como a Igreja Católica via essas iniciativas? Como o regime lidou com elas? Essas são algumas questões que deverão ser investigadas mais tarde. Para isso, cabe observar,

não faltam acervos privados, entrevistas, memórias e bons estudos acadêmicos produzidos pela historiografia portuguesa.

Anotações finais

Nos dias de hoje, como temos lido, estaríamos vivendo sob o signo do presentismo, do eterno presente. Para muitos autores, diante do fracasso dos modelos de sociedade que moldaram a contemporaneidade, reduziu-se sobremaneira o horizonte de expectativas (HARTOG, 2013). Daí, entre outros efeitos, haveria no ar uma saturação de memórias e um mal-estar algo melancólico...

Há cinco/seis décadas, ou seja, nas décadas de 1960 e 1970, nada disso fazia sentido. Vários países viviam sacudidos pelo ritmo da política, fosse a das instituições, fosse a das ruas. Mesmo instituições milenares, como a Igreja Católica, buscaram adaptar-se aos novos tempos. Em países como o Brasil e Portugal, o quadro era o mesmo: estavam em curso movimentos intelectuais, políticos e sociais que colocaram em xeque a ditadura militar brasileira e o salazarismo português. Nesse contexto, temos também uma alteração importante no perfil campo político-religioso cristão desses países até então marcados pela presença praticamente incontestada da Igreja Católica e de sua alta hierarquia.

Foi um dos nossos objetivos, neste texto, colocar o foco na atuação de determinados intelectuais e militantes cristãos de esquerda com vistas a explorar a hipótese de que eles teriam contribuído para promover uma nova configuração no campo político-religioso de seus respectivos países. Para tal, demos ênfase na atuação desses protagonistas quanto à criação e à promoção de uma malha de entidades que tinha como objetivo servir tanto de espaço de formação de militantes leigos e religiosos, como de canal de produção e de divulgação com vistas a propagação de suas proposições em torno de um cristianismo impregnado pela presença popular. Como desdobramento dessa hipótese, estamos propondo que, nessa quadra, emergiu um novo tipo de intelectual cristão voltado para afirmar o protagonismo popular.

No Brasil, verificamos que coube a intelectuais vinculados ao Emaús a liderança nesse processo. Em Portugal, registramos a ampla ação da “Oposição Católica”, ainda que déssemos

destaque ao protagonismo do chamado catolicismo revolucionário na luta contra o bloco de poder salazarista e contra o conservadorismo católico que dava sustentação ao regime.

Fontes

LESBAUPIN, Ivo (2013) Entrevista concedida a Américo Freire. Rio de Janeiro.
NUNES, Maria José Rosado (2017) Entrevista concedida a Américo Freire. São Paulo.
PEREIRA, Luisa Teotónio (2023) Entrevista concedida a Américo Freire. Lisboa.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, João Miguel [2008]. *A oposição católica ao Estado Novo [1958-1974]*. Lisboa: Nelson de Matos.
- BASTOS, Joana Pereira [2024]. *Os Últimos Presos do Estado Novo: tortura e desespero em véspera do 25 de abril*. Alfragide: Oficina do Livro.
- BEOZZO, José Oscar [2015]. «O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas», in *Cadernos Teologia Pública*, ano XII, vol. 12, n. 93.
- BOBBIO, Norberto [1997]. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Ed. Unesp.
- BOFF, Clodovis *et alii* [1997]. *As comunidades de base em questão*. São Paulo: Paulinas.
- CENTRO ECUMÊNICO DE SERVIÇOS À EVANGELIZAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR [2011]. *CESEEP. Curso de Verão: 25 anos. Formação Ecumênica e Popular feita em mutirão*. São Paulo: Paullus.
- CIDAC [2004]. *A cor das solidariedades. Pela justiça e equidade nas relações internacionais, 30 anos do CIDAC*. Porto: Afrontamento.
- CHEZA, Maurice, ZAAVEDRA, Luiz Martínez e Sauvage, Pierre [dir.] [2017]. *Dictionnaire Historique de la Théologie de la Libération*. Numur: Lessius.
- COMISSÃO NACIONAL DE SOCORRO AOS PRESOS POLÍTICOS [1972]. *Presos políticos - documentos 1970 e 1971*. Porto: Afrontamento.
- DOMENACH, Jean-Marie e MONTVALLON, Robert de (orgs.) (1965). *Catolicismo de Vanguarda. textos e documentos do catolicismo francês*. Lisboa: Livraria Moraes Editora.
- FREI BETTO (2021). *Batismo de Sangue*. Rio de Janeiro: Rocco.
- GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia Santos (orgs.) (2016), *Intelectuais mediadores. Práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HARTOG, François (2013). *Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica.

- LANDIM, Leilah (1993). *A invenção das ONGS: do serviço invisível à profissão impossível*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro.
- LESBAUPIN, Ivo e PINHEIRO, José Ernani [orgs.] [2010]. *Democracia, Igreja e Cidadania. Desafios atuais*. São Paulo: Paulinas.
- LOPES, Joana [2007]. *Entre as brumas da memória. Os católicos portugueses e a ditadura*. Porto: Âmbar.
- LÖWY, Michael [2000]. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes.
- MOITA, Luis [2004]. «Na origem do CIDAC, uma certa “cultura política”», in *A cor das solidariedades. Pela justiça e equidade nas relações internacionais*. 30 anos do CIDAC. Porto: Afrontamento.
- PEREIRA, Nuno Teotónio [1996]. *Tempo, lugares, pessoas*. Lisboa: Público.
- PERRUSO, Marco Antonio [2009]. Em busca do “novo”. Intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos de 1970 e 1980. São Paulo: Annablume.
- RAMALHO, Jether [1976]. *Prática Educativa e Sociedade. Um estudo de Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: Zahar.
- RAMALHO, José Ricardo (org.) (2010). *Uma presença no tempo. A vida de Jether Ramalho*. São Leopoldo: Oikos.
- REI, Pedro J. Silva (2019). «Os Cristãos pelo Socialismo em Portugal: uma história por contar. Subsídios para uma aproximação do mapa intelectual do Movimento». *Lusitania Sacra*, 39, pp. 153-173.
- ROSADO NUNES, Maria José Fontelas e CARRANZA, Brenda Maribel (2019). «Fim de uma ordem: natureza, lei divina, feminismo», in *Horizonte*, Belo Horizonte, v.17, n. 53, pp. 936-964.
- ROSAS, Fernando (2008). «A memória é coisa do demo» in ALMEIDA, João Miguel, *A oposição católica ao Estado Novo (1958-1974)*. Lisboa: Nelson de Matos, pp. V-IX.
- SAID, Edward (2005). *Representações do intelectual: as conferências Reith 1993*. São Paulo: (1958-1974). Companhia das Letras.
- SANTOS, Paula Borges (2013). «A Igreja Católica na transição para a democracia: que estratégia perante acusações de um “passado colaboracionista com o Estado Novo”»? in PIMENTEL, Irene F. e REZOLA Maria Inácia (coord.). *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*. Lisboa: Tinta da China, pp. 465-486.
- SIRINELLI, J. F. (1996). «Intelectuais», in REMOND, René (org.), *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, pp. 231-269.
- TAMEN, Isabel (org.) (2006). *A aventura da Moraes*, Lisboa, Conselho Nacional de Cultura.
- TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto (1993). «As CEBs no Brasil: Cidadania em Processo», in TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto et alii, *CEBS, Cidadania e Modernidade*. São Paulo: Paulinas.
- TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto (1996). *Os Encontros Intereclesiais de CEBs no Brasil*. São Paulo: Paulinas.
- WILLIAMS, Raymond (1992). *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- WILLIAMS, Raymond (2011). *Cultura e materialismo*, São Paulo: Unesp.

